



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

Aos 26 dias do mês de junho de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.^a parte

Audição da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, para prestar esclarecimentos no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 173/XIII/4.º (Regula a operação de sistemas de aeronaves civis não tripuladas («drones») no espaço aéreo nacional), requerimento do PS

2.^a parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 263/XIII/4.^a, 264/XIII/4.^a e 265/XIII/4.^a, relativas às reuniões de 18 e 19 de junho de 2019

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2133/XIII (BE) – “Recomenda a suspensão do concurso limitado por prévia qualificação para as obras de prolongamento do quebra-mar exterior e respetivas acessibilidades marítimas no Porto de Leixões”

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1966/XIII (BE) – “Reforçar e fiscalizar condições de circulação de bicicleta em vias de coexistência”

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1947/XIII (BE) – “Extinção da concessão da atividade turística da Serra da Estrela por incumprimento”

5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1963/XIII (PCP) – “Investimento, infraestruturas, produção nacional - opções por um Portugal com futuro”

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 426/XIII (PCP) – “Recomenda ao Governo a valorização do aeroporto de Beja enquanto instrumento para o desenvolvimento da região”

7. Discussão conjunta em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 2063/XIII/4.^a (PCP) – “Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos” e 1943/XIII/4.^a (PCP) – “Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes”

8. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1847/XIII/4.^a (CDS-PP) – “Combate à sinistralidade rodoviária” e n.º 2147/XIII/4.^a (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo que promova um conjunto de ações com vista ao combate à sinistralidade rodoviária”

9. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1756/XIII/3.^a (PSD) – “Recomenda ao Governo que adote medidas para corrigir as anomalias nos voos e a prestação de assistência adequada aos passageiros para as Regiões Autónomas”

10. Outros assuntos

1.^a parte

Audição da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, para prestar esclarecimentos no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 173/XIII/4.^o (Regula a operação de sistemas de aeronaves civis não tripuladas («drones») no espaço aéreo nacional), requerimento do PS



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas vindas à Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, que usou da palavra de imediato, para uma intervenção inicial.

Usaram da palavra, para fazer perguntas, os Senhores Deputados Hugo Costa (PS), Emídio Guerreiro (PSD), Heitor de Sousa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Durante a ronda de perguntas assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente, Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD), tendo o Senhor Presidente reassumido a presidência no final da audição.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

2.^a parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 263/XIII/4.^a, 264/XIII/4.^a e 265/XIII/4.^a, relativas às reuniões de 18 e 19 de junho de 2019

Submetidas a votação, as atas n.ºs 263/XIII/4.^a, 264/XIII/4.^a e 265/XIII/4.^a, relativas às reuniões de 18 e 19 de junho de 2019 foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2133/XIII (BE) – “Recomenda a suspensão do concurso limitado por prévia qualificação para as obras de prolongamento do quebra-mar exterior e respetivas acessibilidades marítimas no Porto de Leixões”

O Senhor Presidente informou que o Deputado do PAN tinha solicitado o adiamento deste ponto da ordem do dia e que o mesmo seria incluído na ordem do dia da reunião ordinária seguinte.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1966/XIII (BE) – “Reforçar e fiscalizar condições de circulação de bicicleta em vias de coexistência”

O Senhor Deputado Fernando Barbosa (BE) apresentou o projeto de resolução em apreço, nos termos constantes da respetiva exposição de motivos. Afirmou que o mesmo visava colmatar algumas falhas que tinha ficado desde a alteração ao Código da Estrada pela Lei n.º 72/2013, não se tendo ainda procedido à alteração da sinalização de trânsito daí decorrente. Referiu a promoção de meios de transporte sustentáveis, nomeadamente a bicicleta, e necessidade de políticas públicas que sustentem este caminho e o adequado planeamento da rede viária. Abordou também as questões relacionadas com o estado do pavimento, as condições atmosféricas e o cruzamento com outros veículos e impacto que estes fatores têm na utilização deste meio de deslocação. Reiterou a necessidade de existência de sinalização própria horizontal e vertical, relacionada com a existência de vias de coexistência. Concluiu, tendo dado conta dos termos resolutivos.

Usaram da palavra, a este respeito, os Senhores Deputados Ricardo Bexiga (PS), e Carlos Silva (PSD).

O Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) afirmou que o seu grupo parlamentar compreendia a preocupação expressa mas não podia partilhar da mesma, porque o Governo já tinha anunciado que o Regulamento de Sinalização de Trânsito estava em processo de revisão, que vinha na sequência de um conjunto de alterações introduzidas em 2009, com quatro novos sinais de trânsito que visavam garantir a segurança dos peões em situações como as descritas nesta iniciativa. Em matéria de sinalização, prosseguiu, Portugal está vinculado às normas internacionais de criação de sinais de trânsito e não pode avançar de forma autónoma com sinalização que não esteja aí prevista. Sublinhou ainda que esta é uma área em que os poderes das autarquias devem ser respeitados e o projeto de resolução em apreço esquece-se disso. Realçou também a existência de um conjunto de medidas previstas no PENSE 2020 que davam resposta às preocupações expressas pelo BE nesta iniciativa quanto a questões de sensibilização e formação em matéria de segurança rodoviária.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.ª SL

Pelo Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) foi afirmando que o PSD pretendia reforçar o projeto de resolução apresentado pelo BE. Afirmou que havia aspetos que tinham de ser regulamentados e tardavam em sê-lo, tendo frisado que não compreendia como é que em Espanha existiam as vias de coexistência e a sinalização respetiva e em Portugal não. Considerou este tema fundamental, afirmou que existia uma cada vez maior adesão dos cidadãos na utilização da bicicleta para as suas deslocações, que o Governo investia fortemente na construção de ciclovias, que o Ministro do Ambiente e da Transição Energética dizia que investia na descarbonização do país, mas parecia que havia outra parte do Governo que não o acompanhava. Defendeu que as autoridades é que tinham de definir quais eram as vias de coexistência, porque elas não estavam definidas, e depois introduzir a sinalização.

Para encerrar a discussão, tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Fernando Barbosa (BE), para considerar que era lamentar para os cidadãos, em especial os utilizadores de bicicletas, que passados 4 anos da Legislatura esta questão não estivesse ainda regulada. Esclareceu que, quanto às autarquias, o que se pretende é que todas tenham regras iguais. Considerou que alguém tinha de dar o primeiro passo e lançar a primeira sinalização, porque se esperava desde 2013, desde a alteração do Código da Estrada, a criação das vias de coexistência. Concluiu, afirmando que a criação da regulamentação necessária vinha criar as vias de coexistência.

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1947/XIII (BE) – “Extinção da concessão da atividade turística da Serra da Estrela por incumprimento”

A Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE) apresentou a iniciativa, referindo o conjunto de incumprimentos da Turistrela, S.A., empresa que foi criada pelo Estado em 1971 e entregue à iniciativa privada a partir de 1986, com condições de monopólio para exploração de uma área de 40 000 hectares até 2046. Afirmou que a questão tinha a ver principalmente com proteção do ecossistema, que deveria ser prioritária neste parque natural. Lembrou que a Turistrela deixou caducar uma declaração de impacto ambiental para um projeto de requalificação, uma vez que a Turistrela não



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

aceitou as condicionantes impostas por essa declaração de impacto ambiental. No entanto, entre 2011 e 2013 efetuou várias obras que afetaram recursos hídricos e uma espécie endémica que tem o seu habitat exclusivo na Serra da Estrela. Concluiu, defendendo que havia razões para reavaliar a concessão feita à Turistrela e dando conta dos termos resolutivos.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Emídio Guerreiro (PSD) e Carlos Pereira (PS).

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PS) referiu que este processo era muito complicado porque se tinha de conciliar duas realidades, o parque nacional e a única zona de desportos de inverno instalada no país. Referindo as obras realizadas, afirmou que, se era verdade que substituíram o teleférico por um tapete rolante e que a obra foi embargada porque tinha avançado antes do despacho, também era verdade que o pedido de licenciamento tinha esperado mais de dois anos pela resposta pública. Afirmou também que o concessionário já tinha proposto havia muito tempo, a quem geria o parque, uma solução para retirar os automóveis do cimo da Serra. Defendeu a necessidade de um esforço de conciliação das entidades. Ou o país decide que não quer que a Serra da Estrela seja um polo turístico ou tem de haver uma harmonização de interesses, reiterou. Alertou para as consequências de fechar a estância de esqui e o polo turístico da Serra da Estrela para a região. Concluiu, afirmando que não fazia sentido existir uma pista de esqui, ter um sistema para transportar as pessoas obsoleto e avariado e não poder substituí-lo.

Pelo Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) foi afirmado que concordava com o orador antecedente acerca da difícil reconciliação clássica entre questões ambientais e economia e que todos os Deputados tinham consciência das dificuldades para atração de empresários para o interior. Existe uma concessão e deve avaliar-se o cumprimento das suas bases. Em seu entender, havia um problema acrescido, que era as dificuldades que o interior do país tem e as dificuldades de atrair empresas e pessoas para arriscar no interior. Defendeu que se tinha de encontrar a melhor forma de conciliar o interesse económico com o interesse ambiental. Afirmou ainda que considerava a proposta algo extemporânea, porque foi feita uma auditoria ao contrato



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

de concessão, que foi solicitada em final de dezembro, e dever-se-ia conhecer primeiro os resultados dessa auditoria. Concluiu, afirmando que havia um trabalho mais intenso a fazer, para dar um impulso que garanta que a Serra da Estrela seja também um polo económico para além da sua atração ambiental.

Encerrou a discussão a Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE), reconhecendo o problema de conciliação dos dois interesses. Referiu que o ecossistema já estava lá antes dos desportos de inverno, pelo que era necessário garantir ambas as vertentes. Referindo a questão do trânsito até ao cimo da Serra e o seu impacto, considerou que esta já poderia estar resolvida se existisse um plano de gestão do parque natural da Serra da Estrela. Considerou a concessão desfasada, reiterando a existência de vários incumprimentos por parte da empresa.

5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1963/XIII (PCP) – “Investimento, infraestruturas, produção nacional - opções por um Portugal com futuro”

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 1963/XIII/4.^a, referindo esta iniciativa tinha a ver com uma matéria que tem vindo a ser discutida ao longo do tempo na Comissão e que ainda continuava em desenvolvimento esta discussão, nomeadamente no âmbito do grupo de trabalho criado por causa do Programa Nacional de Investimentos 2030, apresentado pelo Governo. Considerou que existe uma limitação profunda, por opção política de quem define essa estratégia, do nível de investimento público, que considerou ser profundamente insuficiente para os próximos anos, ao mesmo tempo que se apresenta excedentes orçamentais. A proposta do PCP apresenta a perspetiva deste grupo parlamentar, que entendeu ser uma proposta alternativa do ponto de vista político e um contraponto ao PJR n.º 1939/XIII/4.^a (PS), relativo ao Programa Nacional de Investimentos 2030.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), Carlos Pereira (PS) e Heitor de Sousa (BE).



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.ª SL

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) considerou que o documento era tão alargado, complexo e profundo que era quase um programa do governo para esta área, por parte do PCP. Se o PCP sempre pensou isto, questionou, onde esteve para impor isto na aprovação dos sucessivos Orçamentos do Estado e por que razão não usou isto como condição de aprovação de alguns. Referiu que o seu grupo parlamentar tem vindo a denunciar a falta gritante de investimento público nesta área. Defendeu que o PJR n.º 1939/XIII/4.ª (PS), que se encontrava em discussão no Grupo de Trabalho PNI 2030, era insuficiente e, se se lhe juntar este, insuficiente continuará. Concluiu afirmando que compreendia esta iniciativa do PCP em 2015 ou 2016, mas não em 2019.

Por sua vez, o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) referiu a circunstância de estar em discussão o Programa Nacional de Investimentos, afirmou acreditar que todos os partidos estavam de acordo com a importância do reforço do investimento público e que tinha havido alturas em que o investimento público não tinha sido tão acarinhado por alguns grupos parlamentares. Prosseguiu, afirmando que o PS não negava que o investimento público não tinha tido, nos anos iniciais desta Legislatura, grande impulso, devido às dificuldades ligadas à necessidade de um financiamento relacionado com os fundos europeus e que havia consciência de que era preciso um impulso novo. Reiterou que a reprogramação do PT2020 tinha acrescentado mais meios para o investimento autárquico, e isso era relevante, e que desde 2016 até à atualidade tinha havido um aumento de 40% no investimento público, valor que considerou significativo, encontrando-se praticamente aos níveis de 2015. Quanto ao projeto de resolução em apreciação, afirmou haver uma questão inultrapassável que era a da restrição orçamental, que se devia ter em atenção quando se planeia e toma decisões. Concluiu, afirmando que cabia sempre aos Governos determinar as suas prioridades e escolher, pelo que o debate que estava a ocorrer podia ser muito relevante e que o contributo da Assembleia da República seria sempre muito importante para que o Governo possa tomar decisões tendo em atenção as restrições orçamentais e as fontes de financiamento.

Pelo Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) foi afirmado que esta iniciativa, em alguns aspetos, constituía uma proposta eleitoral, para ser considerada conjuntamente



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

com outras propostas. Em seu entender, nada obstava a que esta iniciativa tivesse este formato, até porque, do ponto de vista da eficácia prática, se fosse aprovada não teria condições de ser executada, tendo dado o exemplo da recomendação ao Governo, a dois meses do fim da legislatura, para que fizesse um balanço do PETI 3+ e do PT2020, o que considerou inexecutável, uma vez que essas avaliações deveriam ter sido feitas na apresentação do PNI 2030, o que não tinha acontecido. Considerou também que o ponto 2 das recomendações era um conjunto de enunciados demasiado genéricos. Concluiu, solicitando esclarecimentos sobre alguns pontos, nomeadamente sobre o resgate de concessões existentes e sobre o alargamento da rede ferroviária e concertação de um Plano Nacional para o Material Circulante, tendo lembrado a votação de um projeto de resolução apresentado pelo BE sobre a mesma matéria. Concluiu, afirmando que havia um conjunto de propostas que acompanhava.

Respondeu o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para referir que o PSD fazia lembrar as pessoas que tinham uma surdez seletiva e que tinha sido surdo às intervenções do PCP ao longo dos anos. Sublinhou que as medidas que foram sendo aprovadas nos Orçamentos do Estado permitiam um investimento público superior ao que até agora tinha sido concertado e isso tem acontecido não tanto por restrição orçamental mas mais por falta de execução do Orçamento. Em seu entender, o problema de fundo estava nas opções políticas de afetação dos recursos nas mais diversas áreas e setores, quando o problema que o PCP identificava era mesmo de insuficiência do investimento e não no critério de escolha. Lembrou também que as iniciativas, chegando ao fim da Legislatura, caducavam, mas isso já não acontecia com as resoluções entretanto aprovadas, por isso, se a Assembleia da República se pronunciar pela necessidade de se fazer o balanço dos planos, essa necessidade continua depois das eleições e o novo Governo não fica desonerado de o fazer. Concluiu, esclarecendo que esta iniciativa previa diferentes atuações em relação às concessões porque havia contratos de concessão diferentes e esse controlo e análise não era algo para ser feito pelos grupos parlamentares mas, sim, pelo Estado e as suas estruturas que têm essa incumbência. Esclareceu ainda as razões subjacentes à posição de voto do seu grupo parlamentar relativamente a dois projetos de resolução, do BE e do PEV, e um projeto de lei do BE sobre esta matéria.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.ª SL

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 426/XIII (PCP) – “Recomenda ao Governo a valorização do aeroporto de Beja enquanto instrumento para o desenvolvimento da região”

O Senhor Deputado João Dias (PCP) apresentou o projeto de resolução, lembrando que se tratava de uma ideia de aproveitamento útil da Base Aérea de Beja desde a década de 90 do século passado, tendo referido a complexidade deste processo. Realçou que o sucesso de um aeroporto não podia ser medido apenas pelo número de passageiros transportados, porque serve para muito mais do que isso, sendo um projeto fundamental para o desenvolvimento da região. Considerou que o aeroporto não podia ser um problema mas sim uma solução para uma região tão carenciada de investimento e que quem tinha responsabilidades governativas não podia permitir que este investimento esteja abandonado. Concluiu, dando conta dos termos da justificação de motivos.

Usaram da palavra, a este respeito, os Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), Heitor de Sousa (BE) e Pedro do Carmo (PS).

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) afirmou que o PSD se revia na forma como era exposta esta iniciativa e que valorizava a importância do tema e a importância estratégica deste aeroporto, onde foi feito tanto investimento e que tarda em ser um polo económico de relevância para a região. Concluiu, informando que o PSD acompanhava as conclusões da iniciativa.

Pelo Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) foi referido que tinha reservas, porque a proposta resolutiva não continha algo que entendia ser importante. Considerava que o aeroporto de Beja tinha importância estratégica para a região, a qual se relacionava também com as respetivas acessibilidades, nomeadamente a ferroviária, que esta iniciativa não abarca. Fez referência a uma iniciativa legislativa do BE que contemplava estas acessibilidades. Do ponto de vista regional, afirmou, um aeroporto no interior do Alentejo tem de ter uma dimensão um pouco maior do que aquela que está incluída no conceito de aeroporto indústria, porque não se pode pensar numa infraestrutura aeroportuária apenas para as mercadorias, mas também para as



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

peessoas, podendo ser um aeroporto alternativo, nomeadamente para voos que não conseguem aterrar em Lisboa e em Faro.

Por sua vez, o Senhor Deputado Pedro do Carmo (PS) considerou que para a região se tratava de um bom investimento público e tinha sido uma boa decisão e que o investimento existia graças ao empenho dos governos socialistas. Defendeu que o seu sucesso tinha sido muito prejudicado pelo Governo PSD/CDS-PP, quando privatizou a ANA, sem terem sido acautelados os interesses daquele aeroporto. Considerou que o aeroporto de Beja tem dado sinais e motivos de orgulho, tendo referido o investimento superior a 30 milhões de euros e criação de 150 postos de trabalho pela High Fly, que estava a construir a sua sede em Beja. Informou também que este aeroporto teve um impacto de 7000 dormidas a mais nos hotéis de Beja em 2016. Referindo-se às acessibilidades, afirmou que só agora, no Plano Nacional de Investimentos, estava contemplada a eletrificação da linha Beja-Casa Branca, com ligação ferroviária ao aeroporto, e a conclusão do IP8. Reiterou que as decisões tinham sido tomadas no momento certo e foi um bom investimento público, que foi penalizado por um governo que abandonou o interior do país. Considerou que o PCP tem vindo reiteradamente trazer este assunto para discussão e apresenta estas propostas por oportunismo político.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado João Dias (PCP) para encerrar a discussão, afirmando que importava que se conseguisse valorizar este investimento e passar de um problema para uma solução. Esclareceu que esta iniciativa não contemplava as acessibilidades ferroviárias ou rodoviárias, mas o PCP já tinha visto aprovado nesta Legislatura um projeto de resolução sobre a modernização da via ferroviária Casa Branca-Beja-Funcheira, passando pelo aeroporto. Considerou que, olhando para a região e a sua localização estratégica, fazia todo o sentido que o perfil desta infraestrutura fosse o de aeroporto indústria, não descartando passageiros. Expressou concordância com o Deputado Pedro do Carmo quanto às consequências da privatização da ANA e afirmou que a Vinci preferia apostar nos aeroportos de Lisboa. Considerou que o Governo também tinha responsabilidade porque no PNI 2030 não tinha reservado verba para este aeroporto. Concluiu, lembrando que este



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

projeto de resolução tinha sido apresentado na 1.^a sessão legislativa e que o Governo nada tinha feito pelo Alentejo nos últimos quatro anos.

7. Discussão conjunta em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 2063/XIII/4.^a (PCP) – “Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos” e 1943/XIII/4.^a (PCP) – “Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes”

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 1943/XIII/4.^a, explicitando que se relacionava com um problema não resolvido na aplicação do PART, que é o da mobilidade entre regiões. Nas deslocações por ferrovia, por exemplo, entre uma CIM limítrofe à AML e a AML, não está resolvido o problema que garanta a concretização dos objetivos assumidos no lançamento deste programa, não por dificuldade de articulação entre as CIM e as áreas metropolitanas, mas porque no caso da ferrovia a autoridade de transportes é sempre o poder central e essa questão não foi acutelada, e o que se pretende é que o poder central assuma a sua responsabilidade na compensação financeira a garantir à CP para que assuma junto dos passageiros essa responsabilidade do ponto de vista tarifário. Não podemos exigir à CP que baixe as tarifas sem ter a compensação devida.

De seguida, continuou no uso da palavra para apresentar o Projeto de Resolução n.º 2063/XIII/4.^a, destacando que se tratava de um conjunto de medidas com o objetivo de salvaguardar a capacidade de resposta dos transportes públicos para que o aumento da procura, que é um objetivo dessas medidas, se traduzisse também num acréscimo da oferta, com mais qualidade, regularidade e quantidade. Referiu a existência de bloqueios e constrangimentos que tinham de ser superados, a questão da reformulação dos instrumentos de planeamento que existem em relação ao investimento nas



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

infraestruturas e a questão da garantia de continuidade e extensão a todo o país dos apoios à manutenção dos descontos relativos a crianças e jovens, de modo a não ficarem dependentes em cada ano das discussões do Orçamento do Estado.

Por sua vez, a Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) apresentou o Projeto de Resolução n.º 2126/XIII/4.^a, que pretende que a Assembleia da República dê conta das prioridades que defende que o Governo se deve recentrar na área da promoção dos transportes públicos. Considerou haver várias variáveis a ponderar, nomeadamente o preço do transporte, que tem de compensar em relação ao preço do transporte individual, para que todo o território nacional possa beneficiar dessas medidas, a existência de uma boa rede de transportes públicos, que se relaciona também com a contratação de trabalhadores e a necessidade de investimento em material circulante. Concluiu, destacando o ponto resolutivo relativo à necessidade de promoção da acessibilidade plena dos cidadãos com mobilidade condicionada aos transportes públicos.

Usaram da palavra, no debate, os Senhores Deputados Emídio Guerreiro (PSD), André Pinotes Batista (PS) e Heitor de Sousa (BE).

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) considerou que os projetos de resolução eram muito amplos e misturavam muitas realidades. Em seu entender, a grande dificuldade desta medida tinha a ver com a criação de fronteiras imaginárias que não existiam na prática, tendo dado exemplos práticos de situações de pessoas que ficariam excluídas destas medidas, independentemente das distâncias que percorrem nas suas deslocações. Concluiu, reafirmando que o erro estava na fixação de fronteiras, porque as medidas propostas deveriam ser aplicadas a todo o território, uma vez que a mobilidade das pessoas não se prende com este “desenho” das divisões geográficas entre as CIM.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

Pelo Senhor Deputado André Pinotes Batista (PS) foi afirmado que o PS continuava a considerar que a esquerda não podia colocar em causa aquilo que a esquerda tinha conquistado. Realçou que um processo é algo de moroso e tem de fazer o seu caminho, e que o PS valorizava as considerações feitas pelo Deputado Bruno Dias para se ficar atento e que a decisão tomada perdurará no tempo. Afirmou também que todas as fronteiras, com exceção das naturais, são artificiais. Realçou que a verba para o PART foi reforçada para que todos os portugueses pudessem usufruir desta medida. Referiu ainda as verbas alocadas ao PART e lembrou que o PART não é um plano de investimento e que as verbas tinham sido discutidas para 9 meses, sendo necessário extrapolar para 12 meses. Reiterou que não seria pertinente misturar o investimento nas infraestruturas com a redução tarifária e que os descontos eram para manter. Concluiu, dando conta da discussão que tem existido em torno do PNI 2030.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) reconheceu a importância política suscitada por estes projetos de resolução e afirmou que em termos gerais o BE concordava com eles, mas nuns casos eram redundantes, porque já tinham sido aprovadas resoluções semelhantes pela Assembleia da República, apenas com o voto contra do PS. Considerou haver identidade de medidas entre o PJR n.º 1943/XIII (PCP) e o PJR n.º 1931/XIII (BE), tendo considerado que havia agora um reconhecimento pelo PCP de que o BE tinha razão quando afirmou que a verba proposta pelo PCP para o PART, aquando da discussão do Orçamento do Estado, era insuficiente. Lembrou que o PART tinha uma componente de apoio à redução tarifária e outra de investimento, só que, como as CIM e os municípios não tinham dinheiro resolveram alocar os 100% do PART inteiramente à redução tarifária. Quanto aos PJR n.ºs 2063/XIII/4.^a (PCP) e 2126/XIII/4.^a (PEV), afirmou que o BE entendia que os programas tarifários tinham de ser revistos, incluindo o próprio PART, porque defendia que os



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

transportes públicos deveriam ser gratuitos pelo menos até ao fim da escolaridade obrigatória. Concluiu, afirmando que as propostas sobre políticas para as cidades apresentadas pelo PCP e o PEV era manifestos eleitorais às próximas eleições.

Para encerrar a discussão usaram da palavra os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP) e Heloísa Apolónia (PEV).

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) lembrou que na sua intervenção inicial tinha referido o PJR n.º 1931/XIII/4.^a (BE), tendo dado conta do ponto 2 da sua parte resolutiva, para realçar que a abrangência da iniciativa do PCP era maior, por contemplar a ferrovia, tendo lembrado as críticas que o PCP tinha feito na altura da aprovação do projeto de resolução do BE. Esclareceu que o acesso às verbas do PART tinham como condição uma comparticipação das entidades (CIM, AML e AMP), que o PART tinha pelo menos 60% para redução tarifária e o remanescente para o investimento, mas o que estava a acontecer atualmente com a CP, ao apresentar disponibilidade para baixar o tarifário desde que as CIM comparticipassem, era inaceitável, porque o responsável pelo financiamento à ferrovia era o Governo central. O que estava a acontecer era que a CP estava disponível para baixar o tarifário desde que as CIM pagassem, e isso não podia ser, por isso tinha de haver uma verba, assumida pela entidade competente, que é o poder central, para compensar a CP para garantir que o tarifário baixe.

A Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) afirmou nada mais ter a acrescentar.

Durante a discussão destas iniciativas, assumiu a presidência o Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD).



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

8. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1847/XIII/4.^a (CDS-PP) – “Combate à sinistralidade rodoviária” e n.º 2147/XIII/4.^a (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo que promova um conjunto de ações com vista ao combate à sinistralidade rodoviária”

Não havendo sugestões a registar, o Senhor Presidente referiu que a informação seria enviada para Plenário, para permitir a votação dos projetos de resolução no período de votações regimentais seguinte.

9. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1756/XIII/3.^a (PSD) – “Recomenda ao Governo que adote medidas para corrigir as anomalias nos voos e a prestação de assistência adequada aos passageiros para as Regiões Autónomas”

Não havendo sugestões a registar, o Senhor Presidente referiu que a informação seria enviada para Plenário, para permitir a votação do projeto de resolução no período de votações regimentais seguinte.

10. Outros assuntos

O Senhor Presidente em exercício informou que tinham chegado à Comissão as redações finais relativas aos Projetos de Resolução 1418/XIII/3.^a, 1419/XIII/3.^a e 1420/XIII/3.^a (PSD), que podem ser fixadas neste ponto, havendo consenso. As redações finais foram fixadas, sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

Deu conta, de seguida, da baixa à Comissão da Proposta de Lei n.º 206/XIII/4.^a (GOV) – “Autoriza o Governo a alterar os requisitos de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas”. Informou que cabia ao BE indicar relator, mas que a iniciativa não se encontrava agendada para Plenário.

Lembrou também o cancelamento da reunião agendada para esse dia após o final do Plenário, por solicitação do Presidente da Comissão Executiva da TAP e informou que



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.^a SL

tinha sido proposto o dia 10 de julho às 10 horas, para realização desta audição; que no dia seguinte, após o final do Plenário, realizar-se-ia a audição do indigitado para vogal da Autoridade da Concorrência; que a audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, regimental e para responder a requerimentos, tinha sido reagendada para dia 2 de julho, às 10 horas, por ter sido marcada reunião plenária para esse dia à tarde; que para o dia 3 de julho estava agendada a audição da Autoridade da Concorrência, para apresentar o plano de atividades para 2019 e responder a requerimentos), às 10 horas e a audição do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, regimental e também para responder a um requerimento, após o final do Plenário; e, finalmente, que no dia 4 de julho, após final do Plenário, estava agendada audição do Ministro Adjunto e da Economia, sendo também uma audição regimental e para responder a requerimentos.

A reunião foi encerrada às 14:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 1 de julho de 2019.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 266/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Topa
Bruno Dias
Carlos Pereira
Carlos Silva
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Ernesto Ferraz
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Helga Correia
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
Hugo Costa
Joel Sá
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
André Pinotes Batista
Duarte Alves
Fernando Manuel Barbosa
Paulo Neves
Pedro do Carmo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Pires

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
André Silva